



PREFEITURA MUNICIPAL DE

**CORONEL MURTA**

Adm.: *Tempo de Mudança*

**LEI MUNICIPAL Nº 551, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2019:**

**“Dispõe sobre aprovação o Plano Municipal de Políticas de Proteção à Criança e ao Adolescente de Coronel Murta e dá outras providências”.**

A PREFEITA MUNICIPAL DE CORONEL MURTA-MG,

Faço saber que o povo do Município de Coronel Murta/MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou, e eu Prefeita Municipal, sanciono a seguinte Lei Municipal:

**Art. 1º** - Fica Aprovado o Plano Municipal de Políticas de Proteção à Criança e ao Adolescente de Coronel Murta-MG., - “PLANO DECENAL”, na forma do constante no Anexo que integra este Lei.

**Art. 2º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Coronel Murta/MG, 19(dezenove) de Novembro de 2019.

**Amariles Santos Lima**

Prefeita Municipal.





PREFEITURA MUNICIPAL DE

**CORONEL MURTA**

Adm.: *Tempo de Mudança*

**MENSAGEM**

**PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 018, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019:**

**“Dispõe sobre aprova o Plano Municipal de Políticas de Proteção à Criança e ao Adolescente de Coronel Murta e dá outras providências”.**

Exmº Senhor

**José Ailton Freire Jardim**

DD. Presidente da Câmara Municipal de Coronel Murta.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimenta-lo cordialmente, passo à esta Egreja Casa Legislativa, pelo honroso intermédio de V. Sa., em anexo, o Projeto de Lei Municipal que dispõe sobre o “Plano Municipal de Políticas de Proteção à Criança e ao Adolescente de Coronel Murta”.

O referido Plano é destinado à promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes de Coronel Murta / MG e representa o compromisso de oferecer prioridades a essa temática. Possui como finalidade à formulação e implementação de políticas públicas que assegurem a garantia dos direitos das crianças e adolescentes, e para tanto, foi criado de forma integrada e articulada, dentro da perspectiva da proteção integral, contando com a participação da elaboração a Equipe técnica do PPAC em parceria com o CMDCA.

O Plano representa um importante instrumento de mobilização municipal e suas diretrizes certamente se transformarão em ações



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**CORONEL MURTA**

Adm.: *Tempo de Mudança*

concretas e articuladas de responsabilidade do Município e dos diversos atores sociais, que renovam o compromisso pela promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes.

Na sua elaboração foi utilizada metodologia proposta pela Fundação Abrinq, com várias proposições apresentadas, por meio de um planejamento estratégico denominado Método ZOPP, com base do "Marco Lógico". O Município identificou os problemas centrais contidos na matriz através de oficinas e como resultado das temáticas debatidas nas Conferências Municipais da Criança e adolescentes realizadas nos anos de 2017 e 2019.

Ofertar o nosso Plano ao Município representa um desafio de grandes dimensões, cujo enfrentamento eficaz de seus indicadores na temática da criança e adolescente é imprescindível a qualquer projeto garantidor de direitos. Eis o nosso desafio!

Diante do exposto, fundamentado no artigo 79 da Lei Orgânica deste Município, dirijo-me a esta Egrégia Casa Legislativa para encaminhar o referido Projeto de Lei (Plano Decenal), para o qual solicito apreciação e se possível aprovação; pelo que desde já reitero cumprimentos e distinguido apreço, colocando-nos sempre à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

**Amariles Santos Lima**  
Prefeita Municipal.

PROTOCOLO DE RECEBIMENTO  
RECEBIDO NA CÂMARA MUNICIPAL DE  
CORONEL MURTA - MG. EM 07/11/19  
AS 09:26 HORAS

Assinatura do Responsável

**PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 018, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019:**

**"Dispõe sobre aprova o Plano Municipal de Políticas de Proteção à Criança e ao Adolescente de Coronel Murta e dá outras providências".**

A PREFEITA MUNICIPAL DE CORONEL MURTA-MG,

Faço saber que o povo do Município de Coronel Murta/MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou, e eu Prefeita Municipal, sanciono a seguinte Lei Municipal:

**Art. 1º** - Fica Aprovado o Plano Municipal de Políticas de Proteção à Criança e ao Adolescente de Coronel Murta-MG., - "PLANO DECENAL", na forma do constante no Anexo que integra este Lei.

**Art. 2º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Coronel Murta/MG, 06(seis) de Novembro de 2019.

  
**Amariles Santos Lima**  
Prefeita Municipal.



APROVADO em duas discursão(ões)

Sala das Sessões 18/11/2019

  
Presidente



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE – CMDCA  
CORONEL MURTA-MG - Lei N. 317 , de 24 de julho de 2007

PLANO MUNICIPAL DE POLÍTICAS DE PROTEÇÃO A  
CRIANÇA E

ADOLESCENTE DE CORONEL MURTA / MG





2018-2027

**Data**

26 de dezembro de 2018

**Prefeita Municipal**

Amariles Santos Lima

**Secretário Municipal Assistência Social e Habitação**

Renato Assunção de Oliveira

**Secretária Municipal de Educação**

Lódia Barbosa Santos Silva

**Secretária Municipal de Saúde**

Aurora Almeida Murta

**Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da  
Criança e do Adolescente Biênio 2017-2019**

Liginéia Nery Pereira

**Biênio 2019-2021**

Rosemere Martins dos Santos



### **Elaboração**

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Coronel Murta / MG. – CMDCA – Biênio 2017/2019, com base no “*Diagnóstico Social da Criança e Adolescente*”, apresenta o Plano Municipal de Políticas da Criança e do Adolescente de Coronel Murta / MG.”, conforme Resolução CMDCA N.º 008 /2018 , 26 de dezembro de 2018.

### **Coordenação**

Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação – SEMASH.

Secretaria Municipal de Educação – SME.

Secretaria Municipal de Saúde – SMS.e

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**CORONEL MURTA**  
*Adm. Tempo de Mudança*



## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

CORONEL MURTA-MG - Lei N. 317 , de 24 de julho de 2007

### Resolução Nº. 008/2018

"O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Coronel Murta – Minas Gerais dispõe sobre a Aprovação da Comissão Intersetorial para Diagnóstico Social da Criança e Adolescente de Coronel Murta e Aprovação do Plano Municipal Decenal das Políticas da Criança e do Adolescente do Município de Coronel Murta para o período de 2018 – 2027.", considerando reunião extraordinária, realizada no dia 26 de dezembro de 2018, na sala de reuniões dos Conselhos de Direito".

A Presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Coronel Murta – Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas por força da Lei Municipal N.º 317 / 2007 , de 24 de julho de 2007,

### RESOLVE

Art. 1º - Instituir a Comissão Intersetorial para Diagnóstico Social da Criança e Adolescente de Coronel Murta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**CORONEL MURTA**  
*Adm. Tempo de Mudança*

Art. 2º - Instituir o Plano Municipal Decenal das Políticas da Criança e do Adolescente do Município de Coronel Murta para o período de 2018 – 2027.

Art. 3º - Encaminhar o relatório final da IV Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Coronel Murta – IV CMDCA.

Coronel Murta/MG, 26 de dezembro de 2018 .

Liginéia Nery Pereira  
Presidente



## ÍNDICE

Texto: A emergência de uma nova visão de proteção e desenvolvimento – Augusto de Franco,  
Introdução,  
Marco situacional,  
Diagnóstico da Situação da Criança e Adolescente de Coronel Murta  
Fundamentação Legal,  
Marco Conceitual,  
Implementação,  
Matriz Planejamento Estratégico,  
Comissão Intersetorial do Diagnostico Social,  
Oficina do Planejamento Estratégico, Comissões de cumprimento e fiscalização.  
Bibliografia

*Alcino*



### **A emergência de uma nova visão de proteção e desenvolvimento**

*Experiências concretas de desenhar e aplicar programas inovadores de fortalecimento da sociedade civil e de promoção da inclusão e desenvolvimento, conduzidas por múltiplos atores no Brasil têm apontado importantes elementos para uma nova visão:*

- **ao invés** de privilegiar a oferta de recursos, investir nas capacidades das pessoas e em ambientes sociais favoráveis;
- **ao invés** de ficar esperando tudo do Estado, construir parcerias entre indivíduos e organizações da sociedade civil, empresas e governos, em todos os níveis, para executar programas inovadores de investimento em capital humano e em capital social;
- **ao invés** de privilegiar a satisfação das necessidades das populações, apostar nos ativos que toda comunidade possui;
- **ao invés** de partir de diagnósticos burocráticos de carências e ficar lamentando a falta de recursos orçamentários, partir do mapeamento das potencialidades que já existem em estado latente e podem ser dinamizadas, alavancando novos recursos;
- **ao invés** de ficar esperando que alguém, de cima ou de fora, venha resolver os problemas de uma localidade, exercer o protagonismo comunitário, tomar iniciativas, agregar competências e assumir responsabilidades para promover o desenvolvimento local.

*Essa é uma nova onda que vem se avolumando nos últimos anos: a onda do desenvolvimento de dentro para fora, de baixo para cima, com base nas capacidades das pessoas e nos recursos das comunidades. Essa nova visão pode alterar profundamente a forma de atuação de governos, empresas e organizações da sociedade civil.*

*Programas centralizados, assistencialistas e clientelistas não conseguem acabar com a pobreza e reduzir a desigualdade. A sociedade, muitas vezes em parceria com governos e empresas, já v tomando iniciativas na promoção de processos integrados e sustentáveis em numerosas localidades do país. Agora é a hora de impulsionar essa movimentação, fortalecê-la e expandi-la.*

Augusto de Franco



## 1. INTRODUÇÃO

Este Plano é destinado à promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes de Coronel Murta / MG e representa o compromisso de oferecer prioridade a essa temática. Possui como finalidade a formulação e implementação de políticas públicas que assegurem a garantia dos direitos das crianças e adolescentes, e para tanto, foi criado de forma integrada e articulada, dentro da perspectiva da proteção integral. Participou da elaboração a Equipe técnica do PPAC em parceria com o CMDCA.

O ECA constitui um marco na legislação brasileira, ao estabelecer o paradigma da proteção-fundamentais para a estruturação das crianças e adolescentes como sujeitos e cidadãos e que necessita de atenção especial no investimento nas políticas públicas de atenção à criança e adolescente.

O Plano Municipal de Políticas da Criança e Adolescente é resultado de um processo participativo e de elaboração conjunta, envolvendo representantes de todos os segmentos governamentais do município e da sociedade civil organizada, os quais participaram e elaboraram os subsídios apresentados no planejamento estratégico para este Plano. As propostas recebidas de todos os envolvidos contribuíram para a adequação do Plano à realidade do município, bem como aos princípios do ECA e às normativas vigentes.

É de suma importância a mobilização do governo e da sociedade para que as crianças e os adolescentes sejam vistos de forma integral em seus direitos e deveres constitucionais.

No entanto, a criação das políticas sugeridas pelo Plano, não exclui as importantes ações transversais e intersetoriais que são necessárias no poder público e da articulação com a sociedade. Pois como é sabido, o atendimento a criança e adolescente deve ser integral, com políticas públicas que garantam a efetividade dos direitos.

O Plano representa um importante instrumento de mobilização municipal e suas diretrizes certamente se transformarão em ações concretas e articuladas de responsabilidade do Município e dos diversos atores sociais, que renovam o compromisso pela promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes.



Diante do desafio de garantir efetivamente o direito de crianças e adolescentes apresentadas pelo Diagnostico da Criança e Adolescente.

Foi utilizada metodologia proposta pela Fundação Abrinq, com várias proposições apresentadas, por meio de um planejamento estratégico denominado Método ZOPP, com base do "Marco Lógico". O Município identificou os problemas centrais contidos na matriz através de oficinas e como resultado das temáticas debatidas nas Conferências Municipais da Criança e adolescentes realizadas nos anos de 2017 e 2019.

Ofertar o nosso Plano ao Município representa um desafio de grandes dimensões, cujo enfrentamento eficaz de seus indicadores na temática da criança e adolescente é imprescindível a qualquer projeto garantidor de direitos. Eis o nosso desafio!

## **2.MARCO SITUACIONAL**

### **Cenário**

A população do município reduziu, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, à taxa de -0,01% ao ano, passando de 9.124 para 9.117 habitantes. Essa taxa foi inferior àquela registrada no Estado, que ficou em 0,93% ao ano e inferior à cifra de 1,06% ao ano da Região Sudeste.

A taxa de urbanização apresentou alteração no mesmo período. A população urbana em 2000 representava 70,88% e em 2010 a passou a representar 73,41% do total.

A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa que cresceu 2,0% em média ao ano. Em 2000, este grupo representava 10,9% da população, já em 2010 detinha 13,3% do total da população municipal.

O segmento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento negativo entre 2000 e 2010, com média de -2,8% ao ano. Crianças e jovens detinham 33,3% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 3.036 habitantes. Em 2010, a participação deste grupo reduziu para 25,1% da população, totalizando 2.285 habitantes.

A população residente no município na faixa etária de 15 a 59 anos exibiu crescimento populacional (em média 0,96% ao ano), passando de 5.107 habitantes em 2000 para 5.620 em 2010. Em 2010, este grupo representava 61,6% da população do município.



## **Mercado de trabalho**

Conforme dados do último Censo Demográfico, o município, em agosto de 2010, possuía 4.388 pessoas com 10 anos ou mais de idade economicamente ativas, sendo que 3.927 estavam ocupadas e 462 desocupadas. A taxa de participação ficou em 56,6% e a taxa de desocupação municipal foi de 10,5%.

A distribuição das pessoas ocupadas por posição na ocupação mostra que 11,5% tinham carteira assinada, 32,9% não tinham carteira assinada, 22,4% atuam por conta própria e 1,6% de empregadores. Servidores públicos representavam 12,6% do total ocupado e trabalhadores sem rendimentos e na produção para o próprio consumo representavam 19,0% dos ocupados. Das pessoas ocupadas, 20,4% não tinham rendimentos e 81,5% ganhavam até um salário mínimo por mês.

O valor do rendimento médio mensal das pessoas ocupadas era de R\$ 515,65. Entre os homens, o rendimento era de R\$ 574,89 e entre as mulheres de R\$ 452,05, apontando uma diferença de 27,17% maior para os homens.

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, o mercado de trabalho formal do município apresentou, por seis anos, saldo positivo na geração de novas ocupações entre 2005 e 2012. O número de vagas criadas neste período foi de 104. No último ano, as admissões registraram 113 contratações, contra 92 demissões.

O mercado de trabalho formal em 2010 totalizava 549 postos, 117,0% a mais em relação a 2004. O desempenho do município ficou acima da média verificada para o Estado, que cresceu 39,4% no mesmo período.

## **Educação**

Conforme dados do último Censo Demográfico, no município, em agosto de 2010, a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais era de 17,7%. Na área urbana, a taxa era de 15,5% e na zona rural era de 23,5%. Entre adolescentes de 10 a 14 anos, a taxa de analfabetismo era de 2,1%.

No que concerne à taxa de atendimento da rede educacional do município, os dados do Censo foram calculados por faixa etária.



Além dos dados situacionais de percentual de atendimento escolar do ano de 2010, foram calculadas, também, metas de atendimento para os próximos anos relativos ao município. A tabela abaixo apresenta essas metas:

Metas de atendimento de crianças na rede educacional – 2012 a 2020

0 a 3 anos 4 a 5 anos 6 a 14 anos

2012 26,4% 92,3% 98,8%

2014 31,3% 97,2% 98,8%

2016 36,6% 99,0% 98,9%

2018 42,3% 99,0% 98,9%

2020 48,2% 99,0% 99,0%

Fonte: Ministério da Educação (MEC)

Fonte : Brasil sem Miséria / IBGE

#### **Diagnóstico da Situação da Criança e Adolescente de Coronel Murta**

O objetivo é aproximar o poder público e a sociedade da realidade das comunidades em que as crianças e adolescentes estão inseridos. Além de oferecer uma ferramenta de acompanhamento da evolução dos indicadores sociais.

### **DIAGNÓSTICO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE NO MUNICÍPIO DE CORONEL MURTA**

#### **Caracterização do território**

##### **Área**

816,86 km<sup>2</sup>

IDHM 2010 - 0,627

Faixa do IDHM - Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699)

População (Censo 2010) - 9.117 hab.

Densidade demográfica - 11,16 hab/km<sup>2</sup>

Ano de instalação - 1953

Macrorregião - Jequitinhonha/Mucuri

Microrregião - Araçuaí



Mesorregião - Jequitinhonha

ENERGIA ELÉTRICA - CEMIG – 2005

TRANSPORTES

Distâncias aproximadas aos principais centros:

BELO HORIZONTE: 71400 Km

Rio de Janeiro: 97500 Km

São Paulo: 132000 Km

Brasília: 132000 Km

Vitória: 84000 Km

**Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Coronel Murta – MG.**

IDHM e componentes	1991	2000	2010
<b>IDHM - Educação</b>	0,138	0,382	0,543
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	8,64	22,82	34,10
% de 5 a 6 anos na escola	40,87	72,97	93,32
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	11,76	60,86	84,13
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	10,82	42,25	65,13
% de 18 a 20 anos com médio completo	6,17	21,77	31,40
<b>IDHM – Longevidade</b>	0,619	0,711	0,784
Esperança de vida ao nascer	62,13	67,64	72,05
<b>IDHM RENDA</b>	0,435	0,503	0,578
Renda Per capita	120,19	182,84	291,66

**Evolução**

O IDHM passou de 0,334 em 1991 para 0,515 em 2000 - uma taxa de crescimento de 54,19%.



O hiato de desenvolvimento humano foi reduzido em 72,82% entre 1991 e 2000. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,244), seguida por Longevidade e por Renda.

O IDHM passou de 0,515 em 2000 para 0,627 em 2010 - uma taxa de crescimento de 21,75%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 76,91% entre 2000 e 2010. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,161), seguida por Renda e por Longevidade.

Coronel Murta ocupa a 3534ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM. Nesse ranking, o maior IDHM é 0,862 (São Caetano do Sul) e o menor é 0,418 (Melgaço).

## POPULAÇÃO

Em 2010, Coronel Murta contava com população de 9.083 habitantes, dos quais 98,17% residiam em domicílios com energia elétrica, 84,89% contavam com coleta de lixo em seu domicílio, e 5,56% eram atendidos por serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário inadequados. A renda *per capita* em Coronel Murta era de R\$291,66.

Nesse mesmo ano, a cada 1.000 crianças nascidas vivas em Coronel Murta, 20,3 não deveriam sobreviver ao primeiro ano de vida. E, se os padrões de educação daquele ano se mantivessem ao longo de sua vida escolar, a geração de crianças que ingressava em 2010 na escola, quando completasse 18 anos, teria concluído 8,59 anos de estudo. Entre 2000 e 2010, a população de Coronel Murta cresceu a uma taxa média anual de -0,02%, enquanto no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período. Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 70,91% para 73,41%. Em 2010 viviam, no município, 9.117 pessoas. Entre 1991 e 2000, a população do município cresceu a uma taxa média anual de -0,07%. Na UF, esta taxa foi de 1,43%, enquanto no Brasil foi de 1,63%, no mesmo período. Na década, a taxa de urbanização do município passou de 56,76% para 70,91%. A população do município reduziu, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, à taxa de -0,01% ao ano, passando de 9.124 para 9.117 habitantes. Essa taxa foi inferior àquela registrada no Estado, que ficou em 0,93% ao ano e inferior à cifra de 1,06% ao ano da Região Sudeste. A taxa de urbanização

*Alcides*



apresentou alteração no mesmo período. A população urbana em 2000 representava 70,88% e em 2010 a passou a representar 73,41% do total. A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa que cresceu 2,0% em média ao ano. Em 2000, este grupo representava 10,9% da população, já em 2010 detinha 13,3% do total da população municipal. O segmento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento negativo entre 2000 e 2010, com média de -2,8% ao ano. Crianças e jovens detinham 33,3% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 3.036 habitantes. Em 2010, a participação deste grupo reduziu para 25,1% da população, totalizando 2.285 habitantes.

A população residente no município na faixa etária de 15 a 59 anos exibiu crescimento populacional (em média 0,96% ao ano), passando de 5.107 habitantes em 2000 para 5.620 em 2010. Em 2010, este grupo representava 61,6% da população do município.

#### **Estrutura Etária**

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência no município passou de 68,99% para 53,93% e a taxa de envelhecimento, de 7,59% para 9,97%. Em 1991, esses dois indicadores eram, respectivamente, 88,77% e 6,28%. Já na UF, a razão de dependência passou de 65,43% em 1991, para 54,88% em 2000 e 45,87% em 2010; enquanto a taxa de envelhecimento passou de 4,83%, para 5,83% e para 7,36%, respectivamente.

#### **Longevidade, mortalidade e fecundidade**

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano de idade) no município passou de 36,3 óbitos por mil nascidos vivos, em 2000, para 20,3 óbitos por mil nascidos vivos, em 2010. Em 1991, a taxa era de 48,2. Já na UF, a taxa era de 15,1, em 2010, de 27,8, em 2000 e 35,4, em 1991. Entre 2000 e 2010, a taxa de mortalidade infantil no país caiu de 30,6 óbitos por mil nascidos vivos para 16,7 óbitos por mil nascidos vivos. Em 1991, essa taxa era de 44,7 óbitos por mil nascidos vivos.

Com a taxa observada em 2010, o Brasil cumpre uma das metas dos Objetivos de *Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas*, segundo a qual a mortalidade infantil no país deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015.



Longevidade, Mortalidade e Fecundidade - Município - Coronel Murta – MG			
Ano	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer	62,1	67,6	72,1
Mortalidade infantil	48,2	36,3	20,3
Mortalidade até 5 anos de idade	62,8	39,7	23,6
Taxa de fecundidade total	5,1	3,5	2,2

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). No município, a esperança de vida ao nascer cresceu 4,4 anos na última década, passando de 67,6 anos, em 2000, para 72,1 anos, em 2010. Em 1991, era de 62,1 anos. No Brasil, a esperança de vida ao nascer é de 73,9 anos, em 2010, de 68,6 anos, em 2000, e de 64,7 anos em 1991.

### **Mercado de trabalho**

Conforme dados do último Censo Demográfico, o município, em agosto de 2010, possuía 4.388 pessoas com 10 anos ou mais de idade economicamente ativas, sendo que 3.927 estavam ocupadas e 462 desocupadas. A taxa de participação ficou em 56,6% e a taxa de desocupação municipal foi de 10,5%.

No tocante à taxa de desemprego, o gráfico abaixo fornece indicativos de maneira comparativa: A distribuição das pessoas ocupadas por posição na ocupação mostra que 11,5% tinham carteira assinada, 32,9% não tinham carteira assinada, 22,4% atuam por conta própria e 1,6% de empregadores. Servidores públicos representavam 12,6% do total ocupado e trabalhadores sem rendimentos e na produção para o próprio consumo representavam 19,0% dos ocupados. Das pessoas ocupadas, 20,4% não tinham rendimentos e 81,5% ganhavam até um salário mínimo por mês.



O valor do rendimento médio mensal das pessoas ocupadas era de R\$ 515,65. Entre os homens, o rendimento era de R\$ 574,89 e entre as mulheres de R\$ 452,05, apontando uma diferença de 27,17% maior para os homens.

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, o mercado de trabalho formal do município apresentou, por seis anos, saldo positivo na geração de novas ocupações entre 2005 e 2012. O número de vagas criadas neste período foi de 104. No último ano, as admissões registraram 113 contratações, contra 92 demissões.

O mercado de trabalho formal em 2010 totalizava 549 postos, 117,0% a mais em relação a 2004. O desempenho do município ficou acima da média verificada para o Estado, que cresceu 39,4% no mesmo período.

### **Crianças e Jovens**

Proporções de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do estado e compõe o IDHM Educação.

No município, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 93,32%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 84,13%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 65,13%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 31,40%. Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 52,45 pontos percentuais, 72,37 pontos percentuais, 54,31 pontos percentuais e 25,23 pontos percentuais.

Em 2010, 78,86% da população de 6 a 17 anos do município estavam cursando o ensino básico regular com até dois anos de defasagem idade-série. Em 2000 eram 80,58% e, em 1991-65,23%.

Dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 5,66% estavam cursando o ensino superior em 2010. Em 2000 eram 0,82% e, em 1991, 1,36%.



### **Expectativa de Anos de Estudo**

O indicador Expectativa de Anos de Estudo também sintetiza a frequência escolar da população em idade escolar.,mais precisamente, indica o número de anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deveria completar ao atingir a idade de 18 anos. Entre 2000 e 2010, ela passou de 9,47 anos para 8,59 anos, no município, enquanto na UF passou de 9,16 anos para 9,38 anos. Em 1991, a expectativa de anos de estudo era de 7,57 anos, no município, e de 8,36 anos, na UF.

Conforme dados do último Censo Demográfico, no município, em agosto de 2010, a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais era de 17,7%. Na área urbana, a taxa era de 15,5% e na zona rural era de 23,5%. Entre adolescentes de 10 a 14 anos, a taxa de analfabetismo era de 2,1%.

No que concerne à taxa de atendimento da rede educacional do município, os dados do Censo foram calculados por faixa etária.

Além dos dados situacionais de percentual de atendimento escolar do ano de 2010, foram calculadas, também, metas de atendimento para os próximos anos relativos ao município.

### **Metas de atendimento de crianças na rede educacional – 2012 a 2020**

Em 2010, 78,86% da população de 6 a 17 anos do município estavam cursando o ensino básico regular com até dois anos de defasagem idade-série. Em 2000 eram 80,58% e, em 1991, 65,23%.

Dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 5,66% estavam cursando o ensino superior em 2010. Em 2000 eram 0,82% e, em 1991, 1,36%.

### **Expectativa de Anos de Estudo**

O indicador Expectativa de Anos de Estudo também sintetiza a frequência escolar da população em idade escolar. Mais precisamente, indica o número de anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deverá completar ao atingir a idade de 18 anos. Entre 2000 e 2010, ela passou de 9,47 anos para 8,59 anos, no município, enquanto na UF passou de 9,16 anos para 9,38 anos. Em 1991, a expectativa de anos de estudo era de 7,57 anos, no município, e de 8,36 anos, na UF.



Também compõe o IDHM Educação um indicador de escolaridade da população adulta, o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas, de menor escolaridade.

Entre 2000 e 2010, esse percentual passou de 22,82% para 34,10%, no município, e de 39,76% para 54,92%, na UF. Em 1991, os percentuais eram de 8,64% ,no município, e 30,09%, na UF. Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 25,54% eram analfabetos, 25,94% tinham o ensino fundamental completo, 18,30% possuíam o ensino médio completo e 3,67%, o superior completo.

No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%.

#### **Renda**

A renda per capita média de Coronel Murta cresceu 142,67% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 120,19, em 1991, para R\$ 182,84, em 2000, e para R\$ 291,66, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 4,78%. A taxa média anual de crescimento foi de 4,77%, entre 1991 e 2000, e 4,78%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 79,05%, em 1991, para 59,18%, em 2000, e para 36,56%, em 2010.

A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini, que passou de 0,49, em 1991, para 0,53, em 2000, e para 0,49, em 2010.

#### **Trabalho**

##### **Composição da população de 18 anos ou mais de idade – 2010**

População economicamente ativa ocupada	4.091
População economicamente ativa desocupada	647
População economicamente inativa	.524

Entre 2000 e 2010, a **taxa de atividade** da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 61,21% em 2000 para



65,33% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 11,92% em 2000 para 10,34% em 2010.

**Ocupação da população de 18 anos ou mais - Município - Coronel Murta – MG:**

ANO	2000	2010
Taxa de atividade - 18 anos ou mais	61,21	65,33
Taxa de desocupação - 18 anos ou mais	11,92	10,34
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	25,96	32,90
<b>Nível educacional dos ocupados</b>		
% dos ocupados com fundamental completo - 18 anos ou mais	26,29	36,14
% dos ocupados com médio completo - 18 anos ou mais	15,21	23,09
<b>Rendimento médio</b>		
% dos ocupados com rendimento de até 1 s.m. - 18 anos ou mais	79,91	66,80
% dos ocupados com rendimento de até 2 s.m. - 18 anos ou mais	94,38	93,26
% dos ocupados com rendimento de até 5 s.m. - 18 anos ou mais	98,62	99,39

**Habitação**

Indicadores de Habitação - Município - Coronel Murta – MG			
ANO	1991	2000	2010
% da população em domicílios com água encanada	39,07	56,90	78,87
% da população em domicílios com energia elétrica	61,32	76,97	98,17
% da população em domicílios com coleta de lixo	19,74	51,45	84,89

**Vulnerabilidade social**

**Vulnerabilidade Social - Município - Coronel Murta – MG**



<b>Crianças e Jovens</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
Mortalidade infantil	48,17	36,29	20,30
% de crianças de 0 a 5 anos fora da escola	-	73,66	58,00
% de crianças de 6 a 14 fora da escola	18,29	6,49	1,31
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa	-	20,70	20,57
% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	1,13	-	-
Taxa de atividade - 10 a 14 anos	-	17,95	10,70
<b>Família</b>			
% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família	13,94	18,46	13,99
% de vulneráveis e dependentes de idosos	4,45	9,33	4,83
% de crianças extremamente pobres	60,53	48,64	26,03
<b>Trabalho e Renda</b>			
% de vulneráveis à pobreza	90,96	82,19	65,47
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	69,71	56,90
<b>Condição de Moradia</b>			
% da população em domicílios com banheiro e água encanada	29,74	57,37	82,15

### 3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A Constituição Federal estabelece que compete a família, juntamente com o Estado, a sociedade em geral e a comunidade, "assegurar à criança e ao adolescente o exercício de seus direitos fundamentais" (Art. 227).

A Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990, corrobora este princípio e reforça a necessidade de respeito a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoa em desenvolvimento



bem como a doutrina da prioridade absoluta no Art. 4 da citada lei.

Diversas leis nacionais, tratados, convenções e normativas internacionais estabelecem a importância da promoção e proteção dos direitos humanos, criando mecanismos que garantam o atendimento de crianças adolescentes e suas famílias em suas necessidades e direito de participação na elaboração das políticas públicas.

As crianças e os adolescentes têm direitos subjetivos à liberdade, à dignidade, à integridade física, psíquica e moral, à educação, à saúde, à proteção no trabalho, à assistência social, à cultura, ao lazer, ao desporto, à habitação, a um meio ambiente de qualidade e outros direitos individuais indisponíveis, sociais, difusos e coletivos.

#### **4. MARCO CONCEITUAL**

O marco conceitual deste Plano Municipal é a Constituição Federal, e o ECA, e o contexto situacional fundamenta-se no Diagnostico Social da Criança e Adolescente.

Desde a promulgação da Constituição Federal, em 1988, importantes mudanças vêm ocorrendo na sociedade. Sendo o Brasil um Estado Democrático de Direito, percebe-se novas diretrizes em conceitos de família e direito de crianças e adolescentes,

Com a Doutrina da Proteção Integral houve duas principais modificações na forma de tratar e proteger as crianças e adolescentes. Primeiramente é que a responsabilidade por resguardar os direitos é de responsabilidade do Estado, da sociedade e da família e não está mais restrita apenas à família, e a segunda é que as crianças e os adolescentes passam a ser detentores de direitos e deve ser fomentado a construção de autonomia cidadã.

#### **5. IMPLEMENTAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**

O presente Plano tem como desafio garantir de forma efetiva e concreta o direito de crianças e adolescentes, principalmente àquelas que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social.

Sendo assim, sua implementação integral é fundamental para uma real mudança dos indicadores demonstrados pelo Diagnostico Social, para o que, a materialização do direito integral será necessário:

- I. Cumprimento integral deste Plano pelo governo municipal;
- II. Constituição formal de Comissões específicas para acompanhamento da



- implementação do Plano;
- III. Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente assumindo o presente Plano como prioridade, a partir de 2018, viabilizando recursos nos orçamentos, de um modo geral e, em particular, nos Fundos da Infância e Adolescência para a sua implementação, nos limites legais;
- IV. Participação e integração entre os demais Conselhos de Direitos no município.

Com responsabilidade entre os entes federativos no financiamento para implementação dos objetivos e ações propostos no presente Plano.

## 6. PLANO DE AÇÃO

As propostas operacionais deste Plano estão organizadas em sete eixos estratégicos e articulados entre si:

- 1) Educação
- 2) Saúde;
- 3) Assistência Social;
- 4) Segurança;
- 5) Orçamento
- 6) Outras políticas
- 7) CMDCA .

O planejamento estratégico é o resultado de um esforço para propor ações *permanentes e de médio e longo prazo*, com a finalidade de construir uma sociedade que de fato respeite o direito à criança e adolescente.

### **Momentos para a Construção do Plano Municipal**

Passo 1 – Encontro de Sensibilização e apresentação da proposta do Planejamento Estratégico.

Passo 2 -Formação da **Comissão Intersetorial para elaborar o Diagnóstico Social**.

Passo 3 -Construção do Diagnóstico intersetorial.

Passo 4 -Encontro de trabalho para a construção do Plano:

Levantamento de Expectativas



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**CORONEL MURTA**  
*Adm. Tempo de Mudança*

Árvore de Problemas

Matriz do Planejamento - Resultados / Superações dos Problemas Levantados.

*Alcione*



## 7. COMISSÃO DO DIAGNOSTICO SOCIAL

Com a elaboração, conclusão e estudo do Diagnóstico Social da Criança e do Adolescente de Coronel Murta, o CMDCA - Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, possui subsídios relevantes para atuar na garantia de direitos da criança e adolescente do município de Coronel Murta / MG. pois o Diagnóstico apontou indicadores em que há carência de políticas públicas demonstrando as vulnerabilidades a serem sanadas em Coronel Murta..

Para a realização deste trabalho foi necessário esforço conjunto dos segmentos e setores de nossa sociedade. Diante disso, o CMDCA criou a Comissão Intersetorial para Diagnosticar a situação da Criança e Adolescente de Coronel Murta, composto por representantes do poder público e também da sociedade civil e, que em um primeiro momento, cada área discutiu e elaborou o seu diagnóstico segundo a temáticas de acordo com sua área de atuação.

Nesta Comissão, foram apontadas as principais demandas e possíveis soluções em cada área: Assistência Social, Saúde, Educação, Segurança, Infraestrutura, mais necessitados de intervenção do Poder Público.

Após esta reflexão, cada grupo elegeu representantes para participarem do Planejamento Estratégico do CMDCA, com o objetivo de construir o Plano Municipal de Políticas para a Criança e o Adolescente da Cidade de Coronel Murta / MG..

Por este motivo, a construção deste plano se fez necessária para que possamos trabalhar em sintonia e de fato modificar os dados do Diagnóstico Social, sanando ou amenizando os problemas por ele indicados. A meta é audaciosa, porém factível porque tem propostas para serem executadas a médio e longo prazo e que promovem a integração entre as Secretarias Municipais a Sociedade Civil Organizada.

Este plano é um documento construído de forma democrática e que buscou unir os esforços de todos os segmentos sociais para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Acreditamos que a partir do momento que crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos sejam atendidos nas políticas públicas teremos cidadãos de fato e de direito em nossa cidade. Este é o começo.



## 8. OFICINA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Plano Municipal de Políticas da Criança e do Adolescente foi realizado por meio de uma metodologia denominada Método ZOPP (Planejamento de Projeto Orientado por Objetivos), que foi desenvolvido a partir do "Logical Framework Approach" ou "Marco Lógico".

É um método de planejamento desenvolvido e adotado oficialmente, pela GTZ (Sociedade Alemã de Cooperação Técnica), desde 1983, em todos os projetos da Cooperação Técnica Alemã. Possibilita um processo de planejamento participativo voltado às necessidades e interesses dos envolvidos em determinado contexto. Este método inclusive é sugerido pela Fundação Abrinq, ChildFund Brasil, Savethe Children, UNICEF, organizações reconhecidas nacionalmente e internacionalmente.

O planejamento estratégico foi mediado por Renato Assunção de Oliveira – Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação, formado em Sociologia e Conselheiro Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente .

A imersão ocorreu no dia 26 de dezembro de 2018, na sala de reuniões dos Conselhos de Direitos, nas dependências do Centro de Referência em Assistência Social – CRAS, e teve início com a abertura de boas vindas da presidente do CMDCA- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, Liginéia Nery Pereira, que lembrou aos participantes a finalidade e histórico dos procedimentos do Plano Municipal.

O mediador com a palavra informou aos presentes as regras de funcionamento, qual sejam: horizontalidade, visualização e consenso, toda idéia é importante e deve estar escrita, sistema de imersão: sem ausências - sem interrupção.

Deu-se início ao levantamento das expectativas do grupo, depois a construção da árvore de problemas que foram agrupadas por setores diferentes e por fim as soluções almejadas pelo grupo e o prazo de cumprimento.

*Assunção*



## 09. MATRIZ DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Apresentamos a consolidação dos resultados obtidos, considerando a construção coletiva da nossa "Árvore dos Problemas", passando assim a compor este Plano enquanto ações que já se encontram em fase de implementação, visando a consolidação da Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.

### EXPECTATIVAS

(O que esperamos que possa mudar, a partir deste Plano).

- " Que este Plano possa, de fato proporcionar a garantia de Direitos ";
- " O Fortalecimento da Rede de Garantia de Direitos da Criança e Adolescente ";
- " Contribua para a Consolidação das Políticas Públicas, desenvolvidas de forma intersetorial ";
- " Facilite a articulação entre os Conselhos Municipais de Direitos das diversas áreas";
- " Ser instrumento facilitador para a melhoria dos serviços e programas voltados à Criança e Adolescente, tais como : Esporte, Lazer , Cultura, Saúde, Assistência Social e Educação Inclusiva".

### ÁRVORE DOS PROBLEMAS

( Quais os Problemas que temos na Área da Infância e Adolescência ).

#### EDUCAÇÃO:

- Taxa de abandono no ensino fundamental de 0,9 %.
- Distorção idade-série nos ensinos finais (6º a 9º ano) do ensino fundamental, é de 9,4%.
- Percentual de crianças beneficiadas do BPC ( Benefício de Prestação Continuada) que estão na escola, é de 66,7 %.
- Poucas iniciativas relacionadas com Projetos de Inclusão nas Escolas.
- inexistência de um Fluxo para ser seguido pelas direções das escolas para as situações de violências, bullying e preconceitos de raça e gênero.
- Falta de um Programa de Educação para Resistência as Drogas e a Violência nas salas de aula.
- Falta de profissionais de Psicologia e Assistência Social nos quadros de servidores das escolas públicas.



#### **SAÚDE :**

- Percentual de crianças menores de 5 anos com peso alto para a idade, é de 11,2 %.
- Mortalidade até 5 anos de idade, em 2010 foi de 23,6 %.
- A mortalidade infantil ( crianças com menos de um ano de idade ) em 2010 foi de 20,3 óbitos por mil nascidos vivos.
- Aumento do consumo de bebidas alcoólicas e outras drogas ilícitas entre adolescentes.

#### **ASSISTÊNCIA SOCIAL :**

- Percentual de crianças beneficiadas do BPC ( Benefício de Prestação Continuada) que estão na escola., é de 65,3 %.
- Pouca efetivação das ações continuadas pela Rede de Garantia de Direitos frente ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.
- Ausência de um espaço e programa de formação continuada para a rede do Sistema de Garantia de Direitos.
- Ausência de campanhas para incentivar a doação para o Fundo da Infância e Adolescência – FIA, com dedução do imposto de renda.

#### **SEGURANÇA / DIREITOS HUMANOS:**

- Percentual de adolescentes de 16 e 17 anos cadastrados no Tribunal Regional Eleitoral é de 58,4 %.
- Ausência de fiscalização nos estabelecimentos comerciais que vendem cigarros e bebidas alcoólicas, para impedir a venda e consumo por adolescentes.
- Falta de um Programa de Educação para Resistência as Drogas e a Violência nas salas de aula.
- Dificuldades de articulação do e com o Conselho Tutelar em relação a Rede de Garantia de Direitos.

#### **ORÇAMENTO ( Infraestrutura / Habitação ):**

- Falta de recursos financeiros regulares destinados a ampliação de oficinas e ação para esportes e lazer.
- Escassez de recursos financeiros para destinação regular para manutenção da Rede de

*Alcides*



Garantia de Direitos.

- Não há definição de percentual (%) obrigatório do orçamento municipal para a área da Infância e Adolescência.

#### **ESPORTE / OUTRAS POLÍTICAS :**

- Escassez de espaços e infraestrutura para prática de atividades esportivas, de lazer e de cultura.
- Inexistência de uma política e ou serviços de conscientização frente aos riscos pela utilização indevida das tecnologias e redes sociais.

#### **CMDCA / FIA :**

- Ausência de campanhas par incentivar a doação para o Fundo da Infância e Adolescência – FIA, com dedução do imposto de renda.

#### **MATRIZ DO PLANEJAMENTO ( Consolidação )**

##### **OBJETIVO GERAL :**

Promover a Cidadania mediante o acesso a políticas públicas eficazes com co-responsabilidade plena.

##### **OBJETIVO ESPECÍFICO :**

Promover a articulação para a implantação do Plano Municipal, visando a efetivação da Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Coronel Murta.

##### **RESULTADOS E ENCAMINHAMENTOS POR ÁREA :**

##### **EDUCAÇÃO :**

- Reduzir a taxa de abandono no ensino fundamental em 100% até 2027.
- Corrigir a Distorção idade – série nos ensinos finais - (6º a 9º ano) do ensino fundamental.
- Garantir que 100% das crianças beneficiadas do BPC ( Benefício de Prestação Continuada) estejam na escola.
- Ampliar, criar e intensificar Projetos de Inclusão nas Escolas.
- Construir Fluxos para serem seguidos pelas direções das Escolas, como forma de organizar



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**CORONEL MURTA**

*Atos: Tempo de Mudança*

os encaminhamentos de casos de violências, bullying e preconceitos de raça e gênero.

- Encaminhar à Polícia Militar de Minas Gerais, ou a outras instâncias e ou setores, propostas de adesões ao Projeto PROERG ou semelhantes, para desenvolver junto as escolas uma proposta de Programa de Educação Permanente para Resistência as Drogas e a Violência nas salas de aula.
- Contratação de profissionais de Psicologia e Assistência Social para os quadros de servidores das escolas públicas, ou construir ação intersetorial junto a Assistência Social e Saúde para suprir esta carência.

#### **SAÚDE:**

- Construir proposta para de acompanhamento das crianças menores de 5 anos com peso alto para a idade .
- Reduzir a Mortalidade até 5 anos de idade, que em 2010 foi de 23,6 %.
- Reduzir a mortalidade infantil ( crianças com menos de um ano de idade ) , que em 2010 foi de 20,3 óbitos por mil nascidos vivos.
- Construir Programa intersetorial para reduzir o consumo de bebidas alcoólicas e outras drogas ilícitas entre adolescentes.

#### **ASSISTÊNCIA SOCIAL :**

- Contribuir intertsetorialmente para zerar o percentual de crianças beneficiadas do BPC ( Benefício de Prestação Continuada) que não estão na escola..
- Desenvolver programa e ações permanentes junto a Rede de Garantia de Direitos frente ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, através de intervenções em formação continuada junto as escolas e entidades.
- Desenvolver e implementar programa de formação continuada para a rede do Sistema de Garantia de Direitos.
- Tão logo seja liberado pela Receita Federal, nossa aptidão para acessos a recursos de doações para o Fundo para Infância e Adolescência – FIA, já que o mesmo foi cadastrado e deliberado junto ao Ministério de Direitos Humanos, a partir do que, iniciaremos nossas campanhas para captações de doações .
- Contribuir junto ao CMDCA pra o processo de eleição do Conselho Tutelar em 2019.



#### **SEGURANÇA E DIREITOS HUMANOS:**

- Garantir , através de ações intersetoriais, que 100 % dos adolescentes de 16 e 17 anos estejam cadastrados no Tribunal Regional Eleitoral.
- Desenvolver ações juntos aos setores, a quem cabe a fiscalização nos estabelecimentos comerciais que vendem cigarros e bebidas alcoólicas, para de fato, impedir a venda e consumo por adolescentes., fazendo cumprir a legislação.
- Encaminhar à Polícia Militar de Minas Gerais, ou a outras instâncias e ou setores, propostas de adesões ao Projeto PROERG ou semelhantes, para desenvolver junto as escolas uma proposta de Programa de Educação Permanente para Resistência as Drogas e a Violência nas salas de aula.
- Intensificar, ampliar e qualificara articulação do Conselho Tutelar em relação a Rede de Garantia de Direitos, e desta, com o Conselho Tutelar, através da construção de Fluxos e Formação Continuada.

#### **ORÇAMENTO ( Infraestrutura / Habitação ):**

- Destinar recursos financeiros regulares para a ampliação de oficinas e ações para esportes e lazer.
- Destinar recurso financeiros do FIA e do orçamento Próprio da Administração Municipal, através das dotações da Assistência Social, Educação e da Saúde para destinação regular para a efetiva manutenção da Rede de Garantia de Direitos.
- Definição Legal, de percentual (%) obrigatório do Orçamento Municipal para as áreas da Assistência Social e Infância e Adolescência, a exemplo do que já existe em relação a Educação e Saúde.

#### **ESPORTE / OUTRAS POLÍTICAS :**

- Ampliar e melhorar os espaços e infraestruturas já existentes para prática de atividades esportivas, de lazer e de cultura.

Desenvolver intersetorialmente, programas e iniciativas continuadas para conscientização frente aos riscos pela utilização indevida das tecnologias e redes sociais, junto a as Escolas e Organizações Comunitárias.

*Alcino*



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**CORONEL MURTA**

Adm.: *Tempo de Mudança*

**CMDCA / FIA :**

- Tão logo seja liberado pela Receita Federal, nossa aptidão para acessos a recursos de doações para o Fundo para Infância e Adolescência – FIA, já que o mesmo foi cadastrado e deliberado junto ao Ministério de Direitos Humanos, a partir do que, iniciaremos nossas campanhas para captações de doações .
- Desenvolver e implementar programa de formação continuada para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – CMCD A e Conselho Tutelar.
- Contribuir junto ao CMDCA pra o processo de eleição do Conselho Tutelar em 2019.

**10. COMISSÃO INICIALMENTE RESPONSÁVEL PELO CUMPRIMENTO E FISCALIZAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE POLÍTICAS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE.**

**Educação:**

Lódia Barbosa Santos Silva,  
Maria Ediane Jardim Silva

**Saúde:**

Aurora Almeida Murta

**Assistência Social e Direitos Humanos :**

Renato Assunção de Oliveira,  
Soraia Jardim Santos  
Ramon Barbosa dos Santos

**CMDCA / FIA ( FUNDO PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA ) :**

Ligineia Nery Pereira,  
Rosemere Martins dos Santos,  
Joel Vieira Alves.

**CONSELHO TUTELAR**

Rita Joany Fonseca de Oliveira  
Vilmandes Miranda Sousa

*Albino*



## 11- BIBLIOGRAFIA

PLANO ESTADUAL DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DO DIREITO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA /MG - 2009

PLANO NACIONAL DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DO DIREITO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

ESTATUTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE.

Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 17ed. São Paulo: Saraiva 1997.

DIAGNÓSTICO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE NO MUNICÍPIO DE CORONEL MURTA.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL – Coronel Murta / MG.

DIAGNÓSTICO INTERSETORIAL MUNICIPAL – OIT / MDSA.

IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010.

MAPA DA VIOLÊNCIA – 2014 – OS JOVENS DO BRASIL .

RELATÓRIO DE LINHA DE BASE - SELO UNICEF 2017 -2020.

RELATÓRIO FINAL DA IV - CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CORONEL MURTA / MG – 2018.

## Matriz lógica

**Problema central:** expressa uma situação concreta negativa identificada como prioritária capaz de ser resolvida ou atenuada pelo Município no período de vigência do Plano (10 anos). Para a seleção de quais problemas devem constar no Plano, devem ser definidas prioridades, de acordo com a urgência e com a capacidade de execução do município sobre cada um deles. Para cada problema central está associado um objetivo de impacto.

**Objetivo de impacto:** exprime a transformação do problema central (situação negativa) em situação futura desejada. Expressa a situação positiva ou favorável que se quer alcançar, quando tiver sido resolvida ou reduzida a situação negativa identificada, registrada como problema central. Cada objetivo de impacto possuirá um ou mais resultados esperados/metás, que podem ser entendidos como objetivos intermediários.

**Resultados esperado/meta:** situação concreta que deverá ser atingida ao final da execução das ações e/ou projetos escolhidos para produzi-lo. Ao ser alcançado, cada resultado esperado/meta deve ser capaz de levar à situação descrita no objetivo de impacto. Além disso, deve ser passível de uma constatação que não dê margem a interpretações pessoais, ou seja, deve ser construído a partir de parâmetros, chamados de indicadores de resultado. Cada resultado esperado/meta possui pelo menos um indicador de resultado.

**Indicador de resultado:** permite acompanhar, por meio de fatos ou de dados, se o resultado esperado está sendo ou foi alcançado e em que medida – integralmente ou parcialmente. Cada indicador de resultado possui um meio de verificação.

**Meio de verificação:** mostra onde o indicador de resultado pode ser obtido, acessado ou localizado.

**Ação/projeto:** meios que serão utilizados para alcançar o resultado esperado/meta aos quais foram associados. Portanto, deve haver total compatibilidade entre a ação ou projeto e o seu respectivo resultado esperado/meta. A cada ação/projeto estão associados seus respectivos elementos descritivos, listados abaixo.

**Responsável:** ator (órgão ou setor) ao qual cabe a responsabilidade da execução de cada ação ou projeto. Para cada ação há apenas um responsável, o que não significa que não possa haver demais atores empenhados em sua execução. Cabe a este responsável articular esses demais atores envolvidos.

**Envolvidos:** ator ou atores que contribuem para a execução da ação/projeto mas que não são o principal executor (responsável).

**Prazos:** mês ou ano nos quais começarão e terminarão as ações/projetos, permitindo o seu acompanhamento. Ao explicitar os prazos de cada uma das ações/projetos, é possível diferenciar ações de curto, médio ou longo prazo, bem como ações pontuais de ações contínuas, além de permitir o encadeamento de ações dependentes entre si.

**Fonte de recursos:** indica a origem do financiamento das ações/projetos propostos. A identificação da fonte de recursos ajuda a trazer materialidade ao Plano e impede que o Plano seja composto de ações inviáveis do ponto de vista de seu financiamento. Pode ser indicado a secretaria, fundo ou órgão que viabilizará a ação ou o projeto vinculado.



**Problema Central:** Demanda por espaços para atividades de cultura e lazer.

**Objetivo de impacto:** Ampliar a oferta de atividades de cultura e lazer para crianças e adolescentes.



**ODS associados:**

Resultado esperado	Indicadores de Resultado	Meio de Verificação	Ações ou Projetos	Responsável	Envolvidos	Início/Término
Espaços de cultura e lazer ampliados e reformados.	Número de espaços reformados/espaços existentes.	Registros fotográfico, planilhas e croqui de reformas.	Captação de recurso para ampliação e reforma e ampliação de espaços de cultura e lazer.	Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo.	Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo Secretaria Municipal de infraestrutura e obras.	11/01/2021 A 30/08/2021
			Reformar de espaços de cultura e lazer.	Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, Secretaria Municipal de infraestrutura e obras.	Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo.	01/03/2021 A 26/08/2024
			Contratação de profissional capacitado para atendimento em oficinas de cultura e lazer.	Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo.	Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo.	02/03/2021 A 30/11/2021

*Alcino*

**Problema Central:** Crianças atendidas em espaços físicos inadequados.

**Objetivo de impacto:** Crianças atendidas em espaços físicos adequados.

**ODS associados:**



Resultado esperado	Indicadores de Resultado	Meio de Verificação	Ações ou Projetos	Responsável	Envolvidos	Início/Término
1 unidade de creche construída para atendimento de demanda.	Número de crianças atendidas em creche/Registro fotográfico	Educa Censo/planilha/fisco financeiro e croqui de localização/memorial descritivo.	Captação de recurso do Fundo da Infância	Responsável técnico pelo Fundo da Infância/CMDCA	Fundo da Infância da Criança e Adolescente, CMDCA, Secretária Municipal de Assistência Social.	06/01/2020 A 08/01/2021
			Campanha para destinação do imposto de renda do servidor público e empresas para o Fundo da Infância.	Gestor técnico pelo Fundo da Infância.	Técnicos da Secretaria Municipal de Assistência Social e CMDCA.	06/01/2020 A 28/08/2020
			Construção de 1 unidade de creche.	Secretaria Municipal de Infraestrutura e obras.	Fundo da Infância da Criança e Adolescente, Secretaria Municipal de Infraestrutura e obras.	04/01/2021 A 13/04/2020
			Adequar projeto para captação de recursos financeiros para construção de uma unidade de Educação Infantil.	Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Infraestrutura e obras, Engenheiro Civil e Executivo Municipal.	Executivo Municipal, Governos Federal e Municipal.	06/01/2020 A 13/04/2020

*Alfons*

**Problema Central:** Grave situação de consumo de substâncias entorpecentes (drogas) e situações recorrentes de violências nos espaços escolares.

**Objetivo de impacto:** Adolescentes e jovens proativos preparados e protegidos contra o consumo de drogas, violência nas escolas.

**ODS associados:**



Resultado esperado	Indicadores de Resultado	Meio de Verificação	Ações ou Projetos	Responsável	Envolvidos	Início/Término
Ação preventiva nas escolas conscientizando sobre o uso de droga.	Registros fotográficos	Depoimentos escritos.	Efetivar parcerias junto à polícia Militar de Minas Gerais, ou a outras instâncias e ou setores, propostas de adesões ao projeto PROERG ou semelhantes, para desenvolver junto as escolas proposta de Programa de Educação Permanente para Resistência as Drogas e a violência na sala de aula.	Secretaria Municipal de Educação e Equipe Escolar.	Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Assistência Social.	10/02/2020 A 12/12/2022

*Alcino*

**Problema Central:** Demanda por espaços para prática esportivas.

**Objetivo de impacto:** Ampliar e reformar os espaços para práticas esportivas.

**ODS associados:**



Resultado esperado	Indicadores de Resultado	Meio de Verificação	Ações ou Projetos	Responsável	Envolvidos	Início/Término
Quadras poliesportivas e espaços para atividades esportivas ampliadas e reformadas.	Número de espaços reformados/espaços existentes.	Registros fotográfico, planilhas e croqui de reformas..	Elaborar projeto de captação de recursos para reforma e ampliação de espaços para práticas esportivas.	Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo/Secretaria Municipal de Infraestrutura e obras.	Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo/ Secretaria Municipal de Infraestrutura e obras.	06/01/2020 A 22/12/2020
			Realizar projeto para captação de recursos para reformas de quadras poliesportivas municipais.	Engenheiro Civil, Equipe de infraestrutura e obras, Setor de recursos humanos.	Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo/ Secretaria Municipal de Infraestrutura e obras	02/03/2020 A 31/12/2021

*Alcino*

**Problema Central:** Mortalidade infantil até 5 anos de idade, em 2010 foi de 23,6%.

**Objetivo de impacto:** Reduzir a mortalidade infantil de crianças menores de 5 anos.

**ODS associados:**



Resultado esperado	Indicadores de Resultado	Meio de Verificação	Ações ou Projetos	Responsável	Envolvidos	Início/Término
Redução na mortalidade infantil através de intensificação de políticas públicas voltadas a atenção a saúde da criança.	Taxa de mortalidade infantil/taxa de nascimento.	SINASC/SIM	Investigação dos casos de óbitos, no intuito de alinhamento de estratégias para a redução dos casos de óbitos.	Secretaria Municipal de Saúde	Comitê de redução de mortalidade infantil.	06/01/2020 A 26/03/2021
			Intensificar as linhas cuidados voltados a saúde da criança.	Secretaria Municipal de Saúde	Profissionais e gestores da atenção básica.	06/01/2020 A 31/12/2020
			Realizar busca ativa de gestantes e crianças para efetivo acompanhamento as unidades de saúde.	Profissionais da Equipe Estratégia da família, agente comunitário de saúde e NASF.	Secretaria Municipal de Saúde e Profissionais da atenção básica.	03/03/2020 A 07/04/2021
			Garantir a linha de cuidado na gravidez parto e puerpério.	Profissionais da atenção básica.	Profissionais da atenção básica.	03/02/2020 A 15/03/2021
			Fortalecer o comitê de redução de mortalidade infantil.	Secretaria Municipal de Saúde	Profissionais da atenção básicas e gestora da saúde	17/02/2020 A 02/02/2023

*Alcino*

**Problema Central:** Baixo número de crianças de famílias beneficiadas do Programa de Benefício do BPC ( Benefício de Prestação Continuada) que não estão na escola.

**Objetivo de impacto:** Ampliar o percentual de crianças de famílias beneficiadas do Programa de Benefício do BPC ( Benefício de Prestação Continuada) que frequentam escola.

**ODS associados:**



Resultado esperado	Indicadores de Resultado	Meio de Verificação	Ações ou Projetos	Responsável	Envolvidos	Início/Término
Ampliada frequência escolar de crianças de famílias beneficiárias do Programa de Benefício de Prestação Continuada - BPC, tendo como meios, ações intersetoriais junto às famílias beneficiárias do BPC.	Taxa de alunos com BPC (Benefícios de Prestação Continuada) matriculados nas escola.	SUAS WEB	Realizar visita técnica a família beneficiária do BPC.	Secretaria Municipal de Assistência Social.	Equipe Técnica da Secretaria de Assistência Social.	04/03/2020 A 25/08/2020
			Desenvolver oficinas educativas sobre a importância da escola com as famílias beneficiárias do BPC em parceria com as escolas municipais.	Secretaria Municipal de Assistência Social.	Secretaria Municipal de Assistência Social e escolas municipais	13/04/2020 A 21/12/2020
			Busca Ativa de Crianças com Benefício de Prestação Continuada que não estejam matriculados na rede de ensino.	Secretaria Municipal de Assistência Social	Técnicos da Secretaria Municipal de Assistência Social	08/01/2020 A 08/01/2021

*Albino*

**Problema Central:** casos graves e recorrentes de Abuso e exploração Sexual de Crianças e Adolescentes identificados por meio de demandas espontâneas , quanto por meio de busca ativa resultantes de denúncias.

**Objetivo de impacto:** Reduzido número de crianças e adolescentes abusados e explorados sexualmente.

**ODS associados:**



Resultado esperado	Indicadores de Resultado	Meio de Verificação	Ações ou Projetos	Responsável	Envolvidos	Início/Término
Efetivação de direitos da Criança e do Adolescente Vítimas Violências e Abuso Sexual	Percentual de Denúncias sobre Violência Sexual de Crianças e Adolescentes ocorridos no município.	Dados do Conselho Tutelar, da Polícia Civil e da Promotoria de Justiça	Criação do Maio Laranja para desenvolver ações preventivas de combate a exploração sexual de crianças e adolescentes.	Secretarias Municipais de Assistência Social, Educação e Saúde e Conselho Tutelar.	Secretaria Municipal de Assistência Social/ Secretaria Municipal de Educação/ Secretaria Municipal de Saúde.	01/05/2020 A 01/06/2020
			Fortalecer e empoderar a Rede de garantia de Direitos da Criança e Adolescente, para que tenha maior capacidade de intervenção, por meio de um processo de Formação permanente.	Secretarias Municipais de Assistência Social, Educação e Saúde e Conselho Tutelar.	Técnicos e Profissionais das Secretarias Municipais de Assistência Social, Educação e Saúde e Membros do Conselho Tutelar.	03/02/2020 A 30/11/2022
			Criação de programa de orientação a crianças e adolescentes (conteúdos de prevenção e reação).	Secretarias Municipais de Assistência Social e Conselho Tutelar.	Técnicos e Profissionais das Secretarias Municipais de Assistência Social, Educação e Saúde e Membros do Conselho Tutelar.	08/02/2021 A 31/12/2021
			Capacitação de profissionais das áreas de Educação, Saúde e Assistência Social (conteúdos de prevenção e atendimento);	Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde.	Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde.	09/03/2021 A 30/07/2021
			Formação continuada de conselheiros tutelares e capacitação de profissionais das áreas jurídica e de segurança	Secretaria de Assistência Social e CMDCA.	Secretaria de Assistência Social, Conselho Tutelar e CMDCA.	06/01/2020 A 31/07/2020

*Assinatura*

**Problema Central:** Percentual de crianças menores de 5 anos com peso alto para a idade, é de 11,2%.

**Objetivo de impacto:** Reduzir o percentual de crianças menores de 5 anos com peso alto para 6% .

**ODS associados:**



Resultado esperado	Indicadores de Resultado	Meio de Verificação	Ações ou Projetos	Responsável	Envolvidos	Início/Término
Reduzir o número de crianças menores de 5 anos acima do peso, através de práticas coletivas, corporais, alimentares.	Monitoramento do SISVAN Nutricional e no ESUS Atenção Básica.	Relatórios do SISVAN ( Relatório de Estado Nutricional e o Relatório de consumo alimentar.	Desenvolver as diretrizes do Programa Crescer Saudável no município.	Secretaria municipal de saúde com parceiros intersetoriais.	Profissionais e gestores da atenção básica.	03/02/2020 A 08/03/2021
			Fazer o acompanhamento nutricional das crianças de alto peso, com envolvimento dos pais e ou responsáveis.	Secretaria municipal de saúde/departamento de atenção primária	Profissionais e gestores da atenção básica.	06/04/2020 A 22/03/2021
			Realizar busca ativa através dos agente comunitários de saúde das crianças faltosas a unidade.	Agente Saúde.	Secretária Municipal de Saúde e Equipe Saúde da família.	07/01/2020 A 15/06/2020
			Acompanhar de forma integrada com as equipes de atenção básica NASF e assistência social o desenvolvimento das crianças.	Equipes de atenção básica NASF e assistência social.	Secretaria Municipal de Saúde.	08/04/2020 A 31/12/2020

*Alciane*

**Problema Central:** Distorção idade-série do ensino fundamental é de 9%.

**Objetivo de impacto:** Reduzir a taxa de distorção idade-série do ensino fundamental para 4,2%.

**ODS associados:**



Resultado esperado	Indicadores de Resultado	Meio de Verificação	Ações ou Projetos	Responsável	Envolvidos	Início/Término
Correção do fluxo escolar das crianças e adolescentes com distorção idade-série.	Fluxo escolar dos anos finais do Ensino Fundamental.	Educa Censo.	Flexibilizar o currículo para alunos com distorção/idade-série.	Secretaria Municipal de Educação.	Equipe Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação e professores da rede municipal de ensino.	02/03/2020 A 08/03/2021
			Oferecer aulas no contraturno para os alunos com dificuldades de aprendizagem.	Equipe Escolar	Escolas municipais.	23/03/2020 A 16/12/2022
			Desenvolver atividade de formação continuada para equipe docente sobre dificuldades de aprendizagem.	Secretaria Municipal de Educação.	Equipe Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação e professores da rede municipal de ensino.	06/04/2020 A 30/11/2022
			Monitorar o desenvolvimento da Intervenção pedagógica para as crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem.	Secretaria Municipal de Educação.	Secretaria Municipal de Educação e Escolas municipais.	02/03/2020 A 16/12/2022

*Alcino*

**Problema Central:** Taxa de abandono do ensino fundamental é de 0,9%.

**Objetivo de impacto:** Reduzir a taxa de abandono do ensino fundamental pra 0,5%.

**ODS associados:**



Resultado esperado	Indicadores de Resultado	Meio de Verificação	Ações ou Projetos	Responsável	Envolvidos	Início/Término
Redução do índice de evasão escolar das escolas municipais.	Número de aluno matriculados/número de alunos concluídos.	Educa Censo, Livro de Resultados finais escolar.	Melhorar as rotas do transportes escolar implantando novos pontos de acesso nos bairros periféricos e melhoria das rotas da zona rural.	Secretaria Municipal de Transporte.	Secretário de Transporte e Secretária de Educação.	03/02/2020 A 10/04/2020
			Realizar monitoria das famílias dos alunos evadidos.	Equipe Escolar, Cras e Conselho Tutelar.	Secretário de Educação, Conselho Tutelar e Secretário de Assistência Social.	08/04/2020 A 05/04/2021
			Fazer busca ativa dos alunos evadidos.	Equipe escolar, Cras e Conselho Tutelar.	Equipe técnica da Secretária Municipal de Educação, Conselho Tutelar e Secretário Municipal de Educação.	06/04/2020 A 08/03/2021
			Implantar programa de Intervenção pedagógica para os estudantes com dificuldades de aprendizagem.	Secretaria Municipal de Educação.	Equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação e Equipe escolar.	06/04/2020 A 18/12/2020

*Alcino*

**Problema Central:** Distorção idade-série do ensino fundamental é de 9%.

**Objetivo de impacto:** Reduzir a taxa de distorção idade-série do ensino fundamental para 4,2%.

**ODS associados:**



Resultado esperado	Indicadores de Resultado	Meio de Verificação	Ações ou Projetos	Responsável	Envolvidos	Início/Término
Correção do fluxo escolar das crianças e adolescentes com distorção idade-série.	Fluxo escolar dos anos finais do Ensino Fundamental.	Educa Censo.	Flexibilizar o currículo para alunos com distorção/idade-série.	Secretaria Municipal de Educação.	Equipe Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação e professores da rede municipal de ensino.	02/03/2020 A 08/03/2021
			Oferecer aulas no contraturno para os alunos com dificuldades de aprendizagem.	Equipe Escolar	Escolas municipais.	23/03/2020 A 16/12/2022
			Desenvolver atividade de formação continuada para equipe docente sobre dificuldades de aprendizagem.	Secretaria Municipal de Educação.	Equipe Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação e professores da rede municipal de ensino.	06/04/2020 A 30/11/2022
			Monitorar o desenvolvimento da intervenção pedagógica para as crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem.	Secretaria Municipal de Educação.	Secretaria Municipal de Educação e Escolas municipais.	02/03/2020 A 16/12/2022

*Albino*

**Problema Central:** Percentual de crianças menores de 5 anos com peso alto para a idade, é de 11,2%.

**Objetivo de impacto:** Reduzir o percentual de crianças menores de 5 anos com peso alto para 6% .

**ODS associados:**



Resultado esperado	Indicadores de Resultado	Meio de Verificação	Ações ou Projetos	Responsável	Envolvidos	Início/Término
Reduzir o número de crianças menores de 5 anos acima do peso, através de práticas coletivas, corporais, alimentares.	Monitoramento do SISVAN Nutricional e no ESUS Atenção Básica.	Relatórios do SISVAN ( Relatório de Estado Nutricional e o Relatório de consumo alimentar.	Desenvolver as diretrizes do programa Crescer Saudável no município.	Secretaria municipal de saúde com parceiros intersetoriais.	Profissionais e gestores da atenção básica.	03/02/2020 A 08/03/2021
			Fortalecer o Programa Saúde na Escola - PSE que visando à integração das Unidades de Saúde da Família com as escolas e creches dos seus respectivos territórios.	Secretaria municipal de saúde com parceiros intersetoriais.	Profissionais e gestores da atenção básica.	10/03/2020 A 16/12/2020
			Fazer o acompanhamento nutricional das crianças de alto peso, com envolvimento dos pais e ou responsáveis.	Secretaria municipal de saúde/departamento de atenção primária	Profissionais e gestores da atenção básica.	06/04/2020 A 22/03/2021
			Realizar busca ativa através dos agentes comunitários de saúde das crianças faltosas a unidade.	Agente Saúde.	Secretária Municipal de Saúde e Equipe Saúde da família.	07/01/2020 A 15/06/2020
			Acompanhar de forma integrada com as equipes de atenção básica NASF e assistência social o desenvolvimento das crianças.	Equipes de atenção básica NASF e assistência social.	Secretaria Municipal de Saúde.	08/04/2020 A 31/12/2020

*Adriana*

**Problema Central:** Falta de profissionais de Psicologia e Assistência Social nos quadros de servidores das escolas públicas.

**Objetivo de impacto:** Presença de profissionais de psicologia e assistência social nas escolas municipais.

ODS associados:



Resultado esperado	Indicadores de Resultado	Meio de Verificação	Ações ou Projetos	Responsável	Envolvidos	Início/Término	
Efetivar no quadro de servidores das escolas municipais profissionais de psicologia e assistência social.	Número de alunos/família atendidos.	Quadro de servidores das escolas municipais.	Criar projeto de lei regulamento o cargo no quadro de profissionais da educação.	Secretaria Municipal Educação.	de	Secretaria Municipal de Educação/setor de pessoal/ Setor Jurídico.	09/03/2020 A 11/05/2020
			Realizar processo seletivo para contratação de profissionais.	Secretaria Municipal Educação.	de	Secretaria Municipal de Educação/setor de pessoal.	17/08/2020 A 12/03/2021
			Fazer acompanhamento de crianças e adolescentes que apresentam transtornos de ansiedade e sofrem bullying na escola.	Secretaria Municipal Educação	de	Secretaria Municipal de Educação/Escolas Municipais Profissionais de psicologia	31/03/2021 A 17/12/2021
			Fazer acompanhamento das famílias de crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social que apresentam transtornos comportamentais relacionados a saúde mental.	Secretaria Municipal Educação	de	Secretaria Municipal de Educação/Escolas Municipais/Profissionais da Assistência Social.	22/03/2021 A 17/12/2021